

Governo evita votação e atrasa férias do Senado

Celson Franco
Da equipe do Correio

Uma intensa batalha regimental entre partidos do governo e da oposição envolveu ontem todo o processo de votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1996, no Congresso Nacional.

O relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS) sobre a LDO, com pequenas modificações, foi aprovado pelos deputados no início da tarde.

Mas os senadores que apóiam o governo se retiraram do plenário, forçando o encerramento da sessão.

Era a execução do plano do governo de só concluir a votação da LDO na segunda-feira. Com isso, o Senado não entra em recesso dia 1º, e a quebra o monopólio das telecomunicações também poderá ser votada.

Concessões — A batalha regimental ganhou intensidade quando o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), abriu nova sessão, dessa vez para votar a medida provisória sobre concessões.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) e os deputados José Genoíno (PT-SP) e Miro Teixeira (PDT-RJ) argumentaram que nenhuma outra matéria poderia ser votada, sem que se concluísse a votação da LDO.

Sarney aceitou os argumentos e não pôs a LDO em votação. De novo, o senador Élcio Álvares (PFL-ES), pediu verificação de quorum, derrubando outra vez a sessão.

O presidente do Senado disse então que convocaria sessão extraordinária para votar a MP das concessões, mas a oposição não aceitou.

Indiferente, Sarney abriu a sessão extraordinária e adiou a conclusão da votação da LDO para segunda-feira, como queria o governo, seguindo a discussão da MP sobre a concessão de serviços públicos à iniciativa privada.

REIO BRAZILIENSE

29 JUN 1995